



16º Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social"

Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

Eixo: Política Social e Serviço Social.

Sub-eixo: Ênfase em Juventude.

CRIMINALIDADE, JUVENTUDE E ESCOLA: UMA REFLEXÃO SOBRE A CRIMINALIDADE JUVENIL E SUAS TENSÕES NAS ESCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAUCAIA (CE)

Diana Marcionilia Dutra Nogueira¹

Resumo: Uma reflexão sobre os adolescentes no espaço escolar, a relação entre eles e seus professores, e a necessidade de discussão sobre o tema, levando em consideração todo um contexto social e cultural em que este jovem está inserido. O tema juventude e criminalidade vem sendo discutido de forma unilateral, culpabilizando o indivíduo. A necessidade da abordagem desse assunto é urgente dentro desse contexto capitalista.

Palavras-chave: Criminalidade. Juventude. Caucaia (CE).

Abstract: A reflection on the adolescents in the school space, the relationship between them and their teachers, and the need to discuss the theme, taking into account an entire social and cultural context in which this young person is inserted. The theme youth and criminality has been discussed unilaterally, blaming the individual, the need to address this issue is urgent within this capitalist context.

Introdução

A percepção que temos, nos dias atuais, é que a população brasileira vem envelhecendo. Observamos, cada vez mais, adultos e idosos e em contra partida, temos constatado, nas últimas décadas, índices altíssimos sobre o aumento da criminalidade juvenil. Vivemos em uma conjuntura onde os adolescentes se tornaram os personagens que mais morrem e mais matam no país. Temos vistos ondas crescentes de violência e criminalidade em todas as regiões, violência essa que atinge uma parte específica da população, que, na sua maioria, são jovens negros em situação de vulnerabilidade social e com baixa escolaridade.

Tomando por base o relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA)², intitulado Cada Vida Importa, Fortaleza, Caucaia e Maracanaú estão entre as cidades mais

¹ Estudante de Graduação. Faculdade Terra Nordeste. E-mail: <nanny_reggea@hotmail.com>.

² O COMITÊ Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA) foi instituído em dezembro de 2015, tendo iniciado seus trabalhos no âmbito da Assembleia Legislativa em janeiro de 2016.

violentas do Brasil, em se tratando de mortalidade infanto-juvenil. Segundo esses mesmos dados, a cada semana de 2018, 16 famílias enterraram um adolescente no Ceará.

Os meus questionamentos sobre criminalidade, juventude e o espaço escolar surgiram a partir do estágio supervisionado em Serviço Social, que fiz no decorrer do ano de 2018, no Centro de Referência Especializada de Assistência Social (CREAS), no Município de Caucaia. Para compreender as dificuldades e peculiaridades que me fizeram chegar a esses questionamentos, relato como se fez esse processo de conhecimento do objeto e os fatores que me incomodaram nesse referido espaço.

O Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS-SEDE), do município de Caucaia, atende a população que necessita de proteção de média complexidade. Ele funciona no bairro central do município e atende a população da área litorânea, centro e sertão oeste. O CREAS-SEDE de Caucaia oferece programas e projetos destinados às famílias e indivíduos em situação de risco pessoal e social, por violação de direitos.

Durante o estágio, fiz o acompanhamento junto às medidas socioeducativas e, na ocasião, pude ter uma relação direta com os adolescentes que ali estavam inseridos para cumprir suas medidas disciplinares. Nos encontros que aconteciam dentro do espaço CREAS-SEDE, pude observar os comportamentos, assim como a relação entre esses adolescentes e os demais usuários que ali eram atendidos. Esses encontros acabaram por gerar vários questionamentos, todos eles relacionados à vida anterior aos atos ilícitos desses adolescentes, questionamentos nos quais não obtive respostas dentro do campo de estágio.

Contudo, no espaço do estágio, pude perceber que os adolescentes, mesmo estando cumprindo uma medida judicial, não enxergavam isso com gravidade. Nas narrativas dos adolescentes, eles deixavam transparecer que a medida socioeducativa era sim uma penalidade, porém, se eles comparecessem de forma regular e cumprissem o que era proposto pela unidade, sairiam daquele espaço livres. O adolescente em cumprimento de medida socioeducativa, ao ser inserido no CREAS-SEDE de Caucaia, passa a ser acompanhado por uma

equipe técnica, composta por uma assistente social, uma psicóloga e uma advogada. E diante, desse acompanhamento, são realizados pactos com os adolescentes e seus familiares. Um desses pactos é o preenchimento do PIA (Plano Individualizado de Atendimento) que traz uma série de deveres e obrigações a serem cumpridos pelo adolescente.

Um desses termos institui que o adolescente esteja regularmente matriculado e frequentando a escola. Os adolescentes em cumprimento na instituição estão todos matriculados, um dos dados que me chamou a atenção é que de cada 10 adolescentes que passaram na Instituição, 8 estavam matriculados na modalidade EJA³ (Educação de Jovens e Adultos). Fonte: CREAS-SEDE de Caucaia. Diante desse cenário pude perceber que a maior parte dos adolescentes atendidos no CREAS-SEDE, que moravam nas periferias do município de Caucaia, frequentavam o mesmo ambiente escolar. Escolas de pequeno a médio porte, algumas oferecendo ensino fundamental e EJA e outras oferecendo ensino médio e EJA. No entanto, são escolas que atendem a um número grande de adolescentes, jovens e adultos.

Um dos pontos que mais me chamou atenção é o fato de esses adolescentes cumprirem as medidas em equipamentos como CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e Centro POP, porém, toda vez que era solicitado que um adolescente cumprisse a medida socioeducativa em uma escola, esse pedido era negado. Os diretores das escolas sempre arranjavam uma desculpa para não os receber.

Em uma certa ocasião, conversando com um dos adolescentes atendidos no CREAS-SEDE, perguntei como era a escola onde ele estudava e como era o convívio dele com os professores e os outros alunos. A única resposta que obtive foi “é de boa, tia.” foi então, a partir desse momento, que vi a necessidade de um aprofundamento de estudar a relação dos adolescentes dentro da escola e como

³ A **EJA** é ofertada tanto no ensino presencial como a distância (**EAD**), com o objetivo principal de democratizar o ensino da rede pública no Brasil. Anteriormente, a EJA era conhecida como supletivo. Hoje, o programa é dividido em etapas, com abrangência do ensino fundamental ao médio. **EJA Ensino Fundamental**: destinada a jovens a partir de 15 anos que não completaram a etapa entre o 1º e o 9º ano. Nessa etapa, os alunos imergem em novas formas de aprender e pensar. Tem duração média de 2 anos para a conclusão.

eles enxergavam a criminalidade dentro dos espaços em que eles estavam inseridos.

Os meus questionamentos me fizeram pensar para além dos crimes cometidos pelos adolescentes e tentar compreender em que espaços esses jovens estavam inseridos, e no que esses contextos influenciariam ou não, a decisão de cometerem algo ilícito. Compreender porque essas escolas não faziam o acompanhamento desses adolescentes, e não permitiam que esses adolescentes mesmo sendo alunos, cumprissem as medidas socio educativas no referido espaço.

Por que é importante discutir sobre esse assunto?

A violência se tornou um dos assuntos principais nos últimos tempos. Quando falamos em violências praticadas por crianças e adolescentes, parece abrir um leque com muitos questionamentos. Muitos falam em redução da maioridade penal, em punir de forma mais severa o adolescente que comete ato infracional. Essas reflexões têm o objetivo de mostrar não só esta realidade, mas, também, das relações pessoais e interpessoais que estes adolescentes estão envolvidos. A medida em que conhecemos como funciona os esquemas de transição dos jovens em situação de vulnerabilidade social para o adolescente que anda à margem da lei, poderemos compreender o que leva esse indivíduo a cometer esses atos infracionais. Buscar compreender os valores que esses adolescentes trazem para dentro do espaço escolar e como isso influencia nas suas relações de sociabilidade e territorialidade.

Hoje, na conjuntura contemporânea, a necessidade de pesquisa sobre a criminalidade, juventude e escola é algo que se tornou urgente, principalmente no campo do Serviço Social. Por se tratar de um aspecto tão pouco estudado, não podemos nos eximir de falar sobre o assunto. Com isso, estou buscando mostrar que existem dimensões para além do que a população em massa acredita, que coloca esses adolescentes como culpados por suas decisões. A visão do adolescente sobre a criminalidade e suas consequências é algo pouco visado. Precisamos dar voz a essa parte da sociedade que, por muitas vezes, é subjugada e marginalizada.

As características dos jovens brasileiros têm mudando nas últimas décadas, com isso, vem se tornando cada vez mais difícil traçar um perfil de um adolescente. Contudo, suas necessidades básicas praticamente não mudaram. As políticas públicas traçadas para a juventude vêm se modernizando tentando acompanhar esse adolescente que muda os seus pensamentos dia após dia. Segundo Silva (2018),

Não se pode ignorar que existe uma gama de problemas que é gerada pelo contexto do capitalista que vivemos, nesse contexto o Estado fica responsável a intervir e compensar esse desequilíbrio social que vivemos, é preciso pensar nas políticas públicas como ferramenta de transformação social, mas existe uma grande tensão a essa afirmação, ao mesmo tempo em que se precisa pensar em políticas sociais e cumprir responsabilidades e ao mesmo tempo responder a uma política econômica voltada para atender a redução dos gastos públicos. Então entendemos que mesmo sendo uma ferramenta para apaziguar as tensões sociais as políticas públicas não conseguem eliminar os conflitos da nossa sociedade.

Existem muitos movimentos em defesa da vida dos adolescentes no nosso estado, um dos movimentos com grande relevância no Ceará é o “Cada Vida Importa”, que é do Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência. Esse comitê traz dados impactantes sobre mortalidade juvenil, um dos mais alarmantes é o fato de 829 adolescentes terem sido mortos somente no ano de 2018. Isso faz-nos parar para pensar em que contexto social esses adolescentes estão inseridos.

Quando um adolescente entra para um grupo criminoso, geralmente ele não enxerga o líder desse grupo como uma ameaça ou alguém de má índole, ele reconhece este líder como alguém que ele possa confiar, pois, geralmente foi quem acompanhou seu crescimento no bairro onde mora, é quem ele sempre pode contar quando algo saía errado. Porém, a grande maioria não se detém aos perigos que estão correndo ao se tornar membro de um determinado grupo.

Algumas organizações criminosas usam os adolescentes para cometerem os crimes, por saberem que as medidas tomadas para estes são, de uma certa forma, mais brandas. Assim, o poder de aliciamento se torna mais fácil, prometendo a esses adolescentes objetos e poder, coisas que, naturalmente, com a situação em que se encontram, não conseguiriam. A necessidade de despertar para um objeto tão pouco explorado, que é a opinião do adolescente, assim como suas reflexões e suas tensões em relação à criminalidade juvenil e

suas consequências, é gatilho para engatar futuras pesquisas para o tema abordado.

O motivo de ter escolhido o ambiente escolar para responder meus questionamentos se dá devido à relação dos adolescentes enxergarem esse espaço como uma extensão do seu território. É um ambiente de relações múltiplas, onde muitos desses passam por conflitos e tensionamentos. Vivemos em um contexto capitalista que impõe que o modelo tradicional de educação deve transpassar pela vida dos adolescentes, diante disso, observamos que muitas escolas não abrem espaços para esses adolescentes se expressarem. A escola José Alexandre é uma escola de periferia do Município que atende no mínimo 11 bairros, diante dessa grande diversidade, é possível buscar meios para entender todo esse contexto.

Trabalhar com adolescentes no âmbito escolar é um grande desafio, por serem esses alunos moradores da periferia de Caucaia, advindos de múltiplos bairros, no quais a maioria possui sérios índices de criminalidade e mortalidade juvenil. É de extrema importância dar voz a essa juventude que, por muitas vezes, passa despercebida e só são reconhecidos perante à sociedade quando cometem atos ilícitos e caem na marginalidade.

Diante da atual conjuntura que nos encontramos, dos desmontes das políticas públicas e da valorização do poder de quem tem o domínio do capital, pode parecer fácil debater sobre juventude e criminalidade, no entanto, muitas vezes, o que encontramos são opiniões formadas por uma mídia sensacionalista ou mesmo por redes sociais, com pré-julgamentos, e o que é mais grave é a questão de as pessoas não buscarem a veracidade dos fatos. Estamos ouvimos apenas um dos lados envolvidos, esquecendo de analisar todo um contexto sócio-histórico no qual o sujeito (juventude) está inserido.

Um dos exemplos mais marcantes que tivemos no ano de 2019 foi a tragédia que aconteceu em Suzano/SP, em que dois ex-alunos planejaram e executaram 8 pessoas, cometendo o suicídio logo após os atentados. Porém, esse não foi um caso isolado, em 2011, um jovem de 21 anos, ex-aluno de uma escola no Realengo/RJ, matou 11 alunos e deixou 13 feridos. Dos crimes com potencial menos ofensivo, mas não menos grave, vemos relatos de assaltos e

furtos dentro das escolas, assim como o consumo e venda de substâncias entorpecentes.

Não quero, em hipótese alguma, minimizar a culpabilidade dos seres que estão envolvidos em transgressões disciplinares ou em crimes cometidos no âmbito da escola. A busca aqui é por tentar compreender como essa juventude pensa e se comporta diante das diversas divergências entre criminalidade e Educação. Debater sobre o assunto requer não apenas sair do senso comum, mas, também, ser capazes de fazer análises dos diferentes campos no qual esses jovens estão inseridos, assim como dos diferentes tipos de relações sociais que os cercam.

A escola, hoje, é vista não apenas como espaço de convívio e educação, mas, sim, como de trocas de relações, de refúgio, ou mesmo um espaço onde muitos adolescentes vão apenas por se sentirem “à vontade”. “É importante destacar que esses pertencimentos culturais, sociais e institucionais podem se apresentar de forma transitória, mas são eles essenciais para a compreensão da condição juvenil” (HOLANDA, 2016, p. 296).

Não posso deixar de ressaltar que, a escola enquanto Instituição, dispõe de regras para manter de forma harmoniosa o convívio com seus alunos e seus funcionários, essas regras são colocadas de forma clara e objetiva quando alunos e funcionários se inserem nela. Para os autores Silva, Mata e Vaz (2017, p. 95)

Cada escola formula seu Regimento e/ou Estatuto aplicando ao cotidiano regras a serem obedecidas, tanto para profissionais quanto para os alunos. Entre as regras presentes nos regimentos, as que mais se destacam é sobre os horários das aulas, o uso obrigatório de uniforme com o emblema da Instituição onde o aluno está inserido, identificação através de crachás e cadernetas e, também, as proibições e permissões no espaço escolar.

Regras estas que são necessárias e de suma importância, não apenas para a identificação dos alunos e funcionários, mas para a identificação desse espaço escolar dentro do território em que ele está inserido. Para a sociedade em torno dessa escola, a identificação desses sujeitos serve muitas vezes como “alívio”, pois, desse modo, eles podem identificar de forma mais clara as pessoas que circulam nesse ambiente. “Os conceitos de espacialidade e territorialidade conotam com relações de poder e capacidades de inclusão e de exclusão. As

idades são [...] construídas em torno de uma disponibilidade de poder social.” (PAIS, 2005 p.58).

Territorialização, pertencimento e cidadania.

Segundo Berger (2009), existe uma diferença entre território e territorialidade e essas perpassam por experiência de socialização e caracteriza-se por não durarem muito, do ponto de vista espacial. Nesse sentido, o território se constitui de um espaço físico enquanto territorialidade vem de um contexto repleto de subjeções intrínsecas que envolve os indivíduos e o espaço que eles ocupam. Partindo dessa reflexão, percebo que a territorialidade, pertencimento e cidadania estão mais ligados do que imaginamos, isso porque, quando buscado o significado de pertencimento, vários autores trazem um vasto leque de conceitos, porém muitos concordam com a ideia organização coletiva. Para Amaral (2006), essa sensação de pertencimento é o que explicaria a organização de grupos minoritários, o que permitiria a aproximação dos indivíduos seja por culturas ou por disputas de espaço. Segundo a autora:

Esse sentimento de pertencimento pode ser reconhecido na forma como um grupo desenvolve sua atividade de produção, manutenção e aprofundamento das diferenças, cujo significado é dado por eles próprios em suas relações sociais. Quando a característica dessa comunidade é sentida subjetivamente como comum, que pode ser a ascendência comum, surge o sentimento de "pertinência", de pertencimento, ou seja, há uma comunidade de sentido[...] A sensação de pertencimento, significa que precisamos nos sentir como "pertencentes" a tal lugar e ao mesmo tempo sentir que esse tal lugar nos pertence, e que assim acreditamos que podemos interferir e, mais do que tudo, que vale a pena interferir na rotina e nos rumos desse tal lugar. (AMARAL, 2006)

Partindo do pressuposto que a escola se encontra bem definida em um território, para os alunos, ela se torna um espaço de territorialidade, onde eles se identificam como sujeitos de direitos. Para Marinho (2016), a grande dificuldade e desafio dos grupos juvenis é serem reconhecidos como sujeitos sociais e de direitos. Esses grupos trazem consigo uma série de questões a serem trabalhadas, muitas dessas delas perpassam pela subjetividade da linguagem que, muitas vezes, eles utilizam de forma a afirmar sua identidade dentro de um determinado espaço. Sujeitos de direitos conotam o sentido de cidadania, enxergar esse movimento dentro de grupos juvenis requer um aprofundamento do sujeito nas relações mais profundas desses jovens.

Falar de cidadania implica falar de caras, de identidades. De identidades individuais (de uma pessoa, de uma voz, de uma posição, de uma subjetividade) e de identidades grupais (“nós”, que nos assemelhamos, em relação a “outros” que de nós se diferenciam) [...] A gramaticalidade de uma língua é um marcador de poder antes de ser um marcador sintático. A unidade de uma língua é fundamentalmente política. Mas, na sua vivência quotidiana, a língua participa em “jogos de abertura” – particularmente entre os que estão à margem do poder. Na fala dos jovens é comum o surgimento de uma linguagem que conota com seus próprios valores. Eles produzem uma lexicalização da linguagem; promovem um fluir de vozes que se renovam constantemente; criam palavras novas, deformam-nas ou dão novos significados às existentes (PAIS, 2005).

Amaro (2017) alerta para a importância de reconhecer a escola como espaço de experiências e de encontros sociais, e, apesar de contraditório, a melhor maneira de defender igualdade é reconhecer que as condições encontradas tendem a ser desiguais e excludentes. A linguagem como forma de exercer a cidadania tem se tornado uma ferramenta útil e necessária, porém, se não utilizada de forma correta, acaba por perder o seu sentido prioritário.

Dialogar, ao contrário do que muitos pensam, não é “apenas” falar. É outra coisa. É conversar. O que significa e implica a presença ativa de um “outro”. E é também escutar. O que significa a presença de intervalos alternados de “silêncios”, em que um fala e o outro escuta, interessado e curioso no que houve, “tagarelando” na mente uma série de pensamentos, ideias e imagens efervescentes a partir dessa interação. (AMARO, 2017)

A violência e o espaço escolar.

Quando Minayo (2006) conceitua o termo *violência*, ela traz todo o significado sócio histórico da palavra e afirma que é um fenômeno de causalidade complexa. “De origem latina, o vocábulo vem da palavra vis, que quer dizer força e se refere às noções de constrangimento e de uso da superioridade física sobre o outro.” e apesar de parecer simples, sabemos que o termo violência envolve uma série de questões, que perpassam por conceitos de moralidade e subjetividade dos indivíduos.

A maior parte das dificuldades para conceituar a violência vem do fato de ela ser um fenômeno da ordem do vivido, cujas manifestações provocam ou são provocadas por uma forte carga emocional de quem a comete, de quem a sofre e de quem a presencia. Por isso, para entender sua dinâmica na realidade brasileira vale a pena fazer uma pausa para compreender a visão que a sociedade projeta sobre o tema, seja por meio da filosofia popular, seja ponto de vista erudito. Os eventos violentos sempre passaram e passam pelo julgamento moral da sociedade. (MINAYO, 2006)

Passamos por conjuntura onde os processos de violência fazem parte do nosso cotidiano, embora legitimadas ou não, algumas pessoas acabam por enxergar como um mal necessário. Seria o ponto de partida para que a ordem

se restabelecesse e a sociedade caminhasse novamente em um rumo certo. “A violência pode trazer uma ideia de positividade quando possibilita a reprodução da vida social ou a possibilidade de mudança ou transformação” (HOLANDA, 2016, 300). Porém, essa falsa sensação de “positividade” vem sendo utilizada como massa de manobra, em que algumas pessoas se aproveitam da real situação na qual se encontra a sociedade para angariar benefícios em causa própria. Segundo a autora.

As condutas violentas são produzidas por agentes que ameaçam a ordem pública, violando as regras sociais. Esses agentes se aproveitam de circunstâncias anômicas provocadas pela desorganização dos sistemas estatais de administração e justiça. (HOLANDA; 2016, p.300)

Trazendo este conceito para dentro do espaço escolar, conseguimos perceber uma série de conflitos e disputas, não só entre os alunos, mas, também, na relação alunos e funcionários da escola. O que, por muitas vezes, seria um ambiente de aprendizado, na escola acaba se tornando um campo de guerra, onde não há vencedores. Assim, as autoras Silva, Mata e Vaz (2017, p. 99) relatam que, “Dentro desse cenário, a relação professor e aluno se torna conflituosa, prejudicando o processo de aprendizagem, o desenvolvimento das aulas e o processo pedagógico”. Retomo novamente a ideia de que alguns jovens sentem a necessidade da autoafirmação e da necessidade de ocupar espaços. E, por uma série de contextos em que esse indivíduo está inserido, acaba por transgredir algumas regras morais e sociais que fazem manter a harmonia dentro de uma sociedade.

Violência escolar pode ser definida como uma forma de atos e ações agressivas, criminosas, discriminatórias, que principalmente, crianças e adolescentes utilizam para se impor sobre outras pessoas, que se tornam prejudiciais àquelas que a sofrem causando sérios danos tanto físicos quanto psíquicos, além de outros entes da comunidade escolar como funcionários e professores que também a praticam. Nesse sentido, a violência escolar faz por vítimas tanto o corpo discente quanto o docente. (SILVA; MATA; VAZ, 2017, p. 97)

Criminalidade juvenil dentro da escola. Assunto ultrapassado?

Como já citado, a realidade que encontramos nos dias atuais é de uma sociedade que passa por um desmonte de suas políticas públicas e sociais, uma sociedade que, por muitas vezes, legitima o poder da violência para garantir interesses, que, por muitas vezes, tem caráter pessoal. Venho aqui trazer alguns

dados que mostram a necessidade de começarmos a discutir a questão da criminalidade juvenil e o porquê da necessidade de levar essa discussão para dentro das escolas.

No começo do ano de 2019, o estado do Ceará passou por uma “onda” de terror, causado por organizações criminosas, em que os patrimônios públicos foram os principais alvos, causando uma série de distúrbios e inquietações na sociedade. Nesses atentados, a Secretaria de Segurança Pública e Defesa Civil (SSPDS) confirmaram que em cerca de 20 dias houve a apreensão de 130 adolescentes. Segundo artigo da jornalista Jéssica Velma, publicado no jornal Tribuna do Ceará, no dia 19 de janeiro de 2019, esses adolescentes eram moradores das periferias do estado e o aliciamento foi feito por meio de pagamento que chegava à quantia de mil reais, sob ameaça de morte ou a expulsão do adolescente de sua residência.

Esse é um dado preocupante, considerando que o Brasil tem uma das maiores populações carcerárias do mundo. Segundo o Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias – INFOPEM, somos o terceiro do ranking mundial, só perdendo para Estados Unidos e China. No estado do Ceará, 5.650 presos estão cumprindo pena em regime fechado; 2.099 estão no regime semiaberto; 448 no regime aberto; 117 em medida de segurança; 0 em prisão domiciliar e 12.076 no regime provisório. Ou seja, cerca de 60% da população carcerária no Ceará ainda não foi julgada (fonte: Geo-presídios - CNJ, maio de 2019).

Dados do Atlas da Violência de 2018, lançado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), revelou que houve um aumento na quantidade de jovens assassinados em 20 estados da federação brasileira, esses mesmos dados revelaram que cerca de 94% das vítimas eram homens. Trazendo esses dados para a realidade dos adolescentes residentes no estado do Ceará, os índices se mostram assustadores e cruéis.

Um estudo realizado em conjunto pela UNICEF e Assembleia Legislativa do Estado do Ceará, intitulado Trajetórias Interrompidas, mostra a taxa de homicídios na adolescência e o perfil desses adolescentes. Esse estudo foi realizado nos 7 municípios que mais registraram a morte dos adolescentes (Fortaleza, Caucaia, Euzébio, Horizonte, Maracanaú, Sobral e Juazeiro do

Norte). Esse estudo traz relatos das famílias de 146 adolescentes mortos em 2015.

Esse estudo apontou que 97% dos adolescentes mortos eram do sexo masculino; 56% se consideravam pardos e apenas 9,57% se consideravam pretos, o que nos leva ao questionamento de o quanto esta juventude está assumindo sua negritude? 75,35% diziam ter religião, um dado expressivo, partindo do ponto que várias pessoas ao julgarem esses adolescentes relatam a importância desses jovens buscarem um Deus. Apenas 1,37% afirmaram não acreditar em Deus. 17,12% dos adolescentes tinham 16 anos; 34,93% tinham 17 anos e 26,71% tinham 18 anos.

O estudo mostra que a maioria desses adolescentes assassinados havia abandonado a escola há mais de um ano. Desistiram cursando o 6º ou 7º ano, o que comprova que, se eles tivessem continuado os estudos, pela faixa etária em que foram mortos, provavelmente estariam prestes a concluir ou mesmo terminado o ensino médio. Apesar de a maioria desses adolescentes morarem com os pais, o levantamento mostrou que a maioria ficava em casa “cuidando” dos irmãos mais novos para que os pais pudessem trabalhar.

Como pensar em estratégias, diante desse cenário exposto, para trazer esses jovens para a escola senão levantando o tema para discussões, debates e diálogos. “A resistência ao autoritarismo permeado também com as incertezas em relação ao futuro, torna-se como potenciadores para as situações de vulnerabilidade social para a juventude” (ABRAMOVAY, CASTRO, 2002). Nesse mesmo contexto, Amaro chama atenção para a situação em que esses alunos estão inseridos. Para a autora:

A pobreza, a discriminação e a exclusão social são processos que desgastam as esperanças e as potências dos indivíduos. Trata-se de um processo silencioso que vai minando as resistências, fragilizando as forças e a crença na mudança. A solidão, a amargura e a descoletivização são face desse sujeito “desempoderado”. Isso ocorre tanto com alunos como com professores. (AMARO; 2017)

Diante do exposto, vejo a necessidade da abordagem do tema nas escolas. Dar voz a esses jovens é encorajá-los a debater sobre esse assunto, é pensar a realidade em que estamos e aqui vivenciaremos nos futuros próximos. Para entendermos os processos em que a juventude está inserida, devemos conhecer os seus começos, meios e fins.

Referências

ABRAMOVAY, M. & Castro, M. G. (2002). Jovens em situação de pobreza, vulnerabilidades sociais e violências. *Cadernos de Pesquisa*, 16, 143-217. Acesso em 20 de fevereiro, 2019, Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/n116/14402.pdf>.

ADORNO, Sérgio; BORDINI, Eliana B. T.; LIMA, Renato Sérgio de. **O adolescente e as mudanças na criminalidade urbana**. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88391999000400007. Acesso em: 05 Dez 2018.

AMARAL, Ana Lúcia, 2006. **Pertencimento** - Dicionário dos Direitos Humanos. Disponível em: <http://escola.mpu.mp.br/dicionario/tiki-index.php?page=Pertencimento>_Acesso em: 6 Mar. 2019.

AMARO, Sarita. **Serviço Social em escolas: fundamentos, processos e desafios** / Sarita Amaro. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente** (1990). Estatuto da criança e do adolescente: Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991. – 3. ed. – Brasília.

_____. Presidência da República. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**. Sistema Nacional De Atendimento Socioeducativo -SINASE/ Secretaria Especial dos Direitos Humanos – Brasília-DF: CONANDA, 2006.

Cada vida importa. **Relatório do primeiro semestre de 2017 do Comitê pela prevenção de homicídios na adolescência**. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_primeiro_semestre.pdf Acesso em: 19 de março de 2019.

_____. **Relatório do segundo semestre de 2018 do Comitê pela prevenção de homicídios na adolescência**. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/news/comite-divulga-relatorio-cada-vida-importa-2018/> Acesso em 17 de maio de 2019.

_____. **Trajetórias interrompidas**. Comitê pela prevenção de homicídios na adolescência. Disponível em: <http://cadavidaimporta.com.br/publicacoes/trajetorias-interrompidas-1/> Acesso em: 19 de março de 2019.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência**: Gangues, galeras e o movimento hip hop. Disponível em: http://www.repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/4060/1/1998_Tese_GMSDDiogenes.pdf. Acesso em: 05 de dezembro 2018.

EVARINI, Adrieli. **Especialistas listam possíveis causas para a entrada de jovens em facções criminosas.** Disponível em:

<http://paralelojornalismo.com.br/index.php/2017/05/16/especialistas-listampossiveis-causas-para-a-entrada-de-jovens-em-faccoes-criminosas/>
Acesso em: 05 Dez 2018

INFOPEN. **Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias - Atualização junho de 2016 / organização, Thandara Santos; colaboração, Marlene Inês da Rocha [et. al.]** Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional, 2017.

IPEA. **Mortalidade juvenil compromete futuro do país.** Disponível em: http://desafios.ipea.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=3120&catid=28&Itemid=39 Acesso em: 28 de fevereiro de 2019.

Atlas da violência de 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=33410&Itemid=432 Acesso em: 11 de abril de 2019.

GAYO, André Moisés. **Juventude além da criminalidade.** Disponível em: http://www.koinonia.org.br/tpdigital/detalhes.aspxcod_artigo=40&cod_boletim=1&tipo=Artigo%22 Acesso em 28 de fevereiro de 2019.

MARINHO, C.H. **Juventudes: Trajetórias, experiências e reconhecimento em tempos de crise da sociedade do capital** – Revista políticas públicas. São Luís, número especial 2016 p. 295 – 303. Disponível em <http://www.periodicoeletronicos.ufma.br/index.php/rppublica/article/view/5980>
Acesso em 11 de abril de 2019.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **Violência e Saúde.** Maria Cecília de Souza Minayo. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. Disponível em: <http://books.scielo.org/id/y9sxc/pdf/minayo-9788575413807.pdf> Acesso em: 11 de abril de 2019.

PAIS. José Machado. **A juventude como fase de vida: dos ritos de passagem aos ritos de impasse.** Disponível em: https://www.scielo.org/scielo.php?pid=S0104-12902009000300003&script=sci_arttext&tlnq=en Acesso em: 19 de março de 2019.

Portal especializado em desenvolvimento sustentável. Setor 3. **Desafios aos jovens de Periferia.** Disponível em: <http://setor3.com.br/desafios-aos-jovens-de-periferia-de-sp/> Acesso em: 28 de fevereiro de 2019.

Projeto Ceará Pacífico. **Movimento pela Vida.** Disponível em: <https://www.ceara.gov.br/projeto/ceara-pacifico/> Acesso em: 19 de março de 2019.

SILVA, Murilo Ribeiro. **Políticas públicas de juventude:** medidas preventivas e medidas punitivas. Disponível em: <http://www.ambito->

juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=17491&revista_caderno=12 Acesso em: 05 dezembro de 2018.

SILVA, L. O.; MATA, M. M.; VAZ, L.R. **Violência, criminalidade e transgressão disciplinar na escola.** Cadernos da FUNCAMP V16; p. 92 – 110 / 2017. Disponível em:

www.fucamp.edu.br/editora/index.php/cadernos/article/download/1199/841

Acesso em: 11 de abril de 2019.